

Ata da reunião do Conselho de Administração da Abraceel, realizada no dia 17 de março de 2022, presencialmente e via videoconferência

Data 17 de março de 2022.

Assunto:

- Conversa com Mario Ruiz Tagle, presidente da Neoenergia;
- Acompanhamento Orçamentário;
- Acompanhamento do plano de ação das metas para 2022;
- Atualização PL 414/2021;
- Ação judicial Eletrobras;
- Assuntos gerais.

Divulgação: Abraceel

Ata da reunião do Conselho de Administração da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), realizada no dia 17 de março de 2022 presencialmente e via videoconferência. Participaram os integrantes do Conselho Alessandro de Brito Cunha, Camila Schoti, David Barmak, Eduardo Diniz, Paulo Tarso, Paulo Toledo, Ricardo Lisboa, Ricardo Motoyama e Reginaldo Medeiros, e os integrantes da Diretoria Executiva da Abraceel, composta por Rodrigo Ferreira, Alexandre Lopes, Bernardo Sicsú, Frederico Rodrigues, Angela Oliveira e José Casadei. A reunião ocorreu via aplicativo Zoom por meio do link: <https://us02web.zoom.us/j/6132230081?pwd=RHpHcE9aYmxiTUFqTnhZR05HdDdCZz09>.

O Conselho de Administração da Abraceel se reuniu no dia 17.03 para deliberar sobre a pauta dos assuntos acima relacionados.

O encontro foi inaugurado com uma conversa com o presidente da Neoenergia, Mario Ruiz Tagle, convidado especial que apontou perspectivas para a modernização do mercado de energia elétrica nacional e internacional e as preocupações das distribuidoras frente à iminente expansão da abertura do mercado brasileiro.

Os conselheiros recomendaram que a diretoria executiva da Abraceel dê especial atenção para a atuação da associação durante o processo eleitoral de 2022, com ênfase na elaboração de uma agenda de propostas que não fique circunscrita apenas aos assuntos relativos à comercialização de energia, mas que também os encaixe em uma visão do sistema e integrada com outros segmentos do setor elétrico. A proposta é que a associação possa ter diálogos mais profundos com os especialistas em energia nas candidaturas e também um diálogo político com os próprios candidatos, ambas iniciativas suportadas por documentos com propostas.

Rodrigo Ferreira, apresentou os números da execução orçamentária até fevereiro, com dados que projetam receitas e despesas até o fim do ano e foi solicitado que o formato seja adaptado para um tipo "Forecast".



Os conselheiros também foram informados das mais recentes atualizações e evoluções no plano de ações da Abraceel no primeiro bimestre do ano, quando sugeriram que a visualização do plano seja simplificada, de modo a facilitar a compreensão.

Em seguida, Rodrigo Ferreira explicou os mais recentes movimentos da Abraceel para engajar os parlamentares em torno da votação e aprovação do PL 414/21, que institui regras para a portabilidade da conta de energia elétrica e moderniza a regulação setorial. Os conselheiros indicaram a necessidade de apoiar o trabalho do relator para tentar proteger o relatório de contribuições estranhas ao tema, como ocorreu com recentes processos legislativos.

Os conselheiros foram informados que a Abraceel vai apresentar contribuições ao relator, sugerindo aperfeiçoamentos que resultem na abertura integral da média e da alta tensão em 2024 e da baixa tensão em 2026; Itaipu com energia licitada no mercado após abril de 2023; evitar a cobrança do encargo sobre o lastro já contratado, em linha com o aprovado no Senado Federal; possibilidade - e não obrigatoriedade - de serem exigidas garantias ex-ante para a liquidação das transações no mercado de curto prazo e bem como de chamada de margem diária; e proposta para buscar isonomia para o consumidor de baixa tensão em relação ao desconto no fio oferecido para outros nichos de mercado, especialmente em relação ao segmento de GD.

Ângela Oliveira, diretora de Relações Institucionais da Abraceel, explicou os próximos passos da tramitação do PL 414/21, ressaltando que a perspectiva é que seja apresentado e aprovado um requerimento de urgência que direcione a matéria para análise diretamente no Plenário da Câmara dos Deputados.

O Vice-Presidente de Energia da Abraceel, Alexandre Lopes, explicou o posicionamento construído pelo Grupo Técnico para a Consulta Pública MME 121/22, que dispõe sobre as propostas de alterações nos modelos, como implementação do PAR(p)-A e reparametrização do CVaR.

Alexandre Lopes também apresentou aos conselheiros os objetivos e os resultados de dois estudos produzidos internamente. O primeiro mostra os benefícios da abertura do mercado, como geração de empregos, redução do custo da energia e diminuição dos preços ao consumidor, bem como impactos positivos na inflação; ao passo que o segundo analisa possíveis custos causados por eventual sobrecontratação de distribuidoras em decorrência da abertura do mercado de energia, e revela que impactos negativos, se existirem, serão praticamente nulos.

Os conselheiros e integrantes da diretoria executiva, em seguida, dialogaram a respeito da evolução de proposta de ação judicial para reverter decisões relacionadas ao processo de capitalização da Eletrobras. Nesse particular, o Conselho deliberou sobre a substituição do patrono da ação judicial, considerando a demora na apresentação da minuta inicial da ação.

Na sequência, o Conselho aprovou o pedido de filiação da Total Eren ao quadro associativo Abraceel, que passará a ter 107 empresas associadas.

Sem mais a tratar, Ricardo Lisboa, após agradecer novamente a presença de todos em nome do Conselho, solicitou ao Presidente Executivo, Rodrigo Ferreira, que redigisse a ata dos trabalhos e que, após o devido registro no Cartório de Pessoas Jurídicas do Distrito Federal, o documento fosse disponibilizado aos associados na área restrita da homepage da Abraceel.

Brasília, DF, 17 de março de 2022.

Ricardo Lisboa
Presidente do Conselho de Administração da Abraceel

Rodrigo Ferreira
Presidente Executivo da Abraceel